

Políticas públicas de prevenção e proteção à erosão costeira

Guia de Diretrizes de Proteção e Prevenção à erosão costeira

Autor 1¹ (Oliveira, D.P.)

Instituição: Ministério da Economia

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



XIV ENCOGERCO



Encontro Nacional de
Gerenciamento Costeiro

INTRODUÇÃO

Os desafios e lacunas existentes em relação à gestão das praias brasileiras e em especial ao tema da erosão costeira, seus impactos e medidas mitigadoras, e a ocorrência cada vez maior de casos emblemáticos desse processo erosivo ao longo do litoral brasileiro, são demandas prementes para a sociedade e administração pública. Assim, conforme o Ministério do Meio Ambiente (2018, p. 11), no “Norte e em parte do Nordeste do Brasil, 60 a 65% da costa encontra-se em processos erosivos, enquanto que no Sul e Sudeste, esse índice está em torno de 15%”. Salienta-se que na zona costeira conflitos dos mais diversos ocorrem, como a ocupação desordenada que causa deficiência do aporte sedimentar à praia, tornando esse ambiente vulnerável a inundações costeiras e consequente danos à população. (CIRM, 2018, p. 24).

METODOLOGIA

Para elaborar documento técnico sobre erosão costeira de abrangência nacional foi criado a partir do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco) o Sub-grupo de Trabalho de Gestão de Riscos e Obras de Proteção Costeira (SGT-GROPC), conforme figura 1. O SGT-GROPC iniciou em 2014 e encerrou em 2018, contando com a participação efetiva de diversos atores do país com expertise na temática erosão costeira.

Além da temática erosão costeira, nas reuniões também abordou-se sobre os desafios de constar no documento diretrizes gerais de prevenção aos eventos extremos, bem como soluções de maior sustentabilidade no que se refere às obras de proteção da costa.



Figura 1 – SGT-GROPC



Figura 3 - Capa do Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira.



Figura 2 – Altos valores de recurso público investidos em Ponta Negra/RN para colocação de rochas na praia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SGT-GROPC permitiu a discussão de alto nível técnico em casos emblemáticos de erosão costeira e que demandaram investimentos públicos de grande vulto, como por exemplo, a praia de Ponta Negra no Rio Grande do Norte (figura 2). Discorreu-se sobre os impactos da ocupação desordenada da costa e que a instalação de uma faixa não edificante é a melhor solução para evitar transtornos de perda de sedimento e diminuir a vulnerabilidade a eventos extremos. Porém, em casos onde já existem construções e o turismo é uma das principais atividades econômicas local fomentado pela praia, deve-se avaliar criteriosamente o tipo de obra a ser instalada no local. Muitos países com experiências em desastres relacionados a inundações costeiras tinham verificado que apenas soluções rígidas não sanavam a questão falta de areia na praia e conseqüentemente não amorteciam a vulnerabilidade dessas regiões costeiras a eventos extremos. Dessa forma, a integração da obra com o ambiente praiar é aspecto fundamental para análise de um projeto de intervenção costeira, sendo a alimentação artificial de praia, recomposição de dunas, etc. diretrizes estruturantes a serem levadas em consideração.

Assim, o SGT-GROPC após as discussões e busca de elementos que trouxessem à luz soluções para a costa brasileira com problemas de erosão costeira e ausência de procedimentos para as intervenções no litoral, elaborou-se o Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira (figura 3).

O Guia é dividido em 03 capítulos, sendo o primeiro relacionado ao objetivo e escopo do documento; no segundo são abordadas as diretrizes de prevenção e orientações para obras de proteção costeira; e no terceiro refere-se ao arranjo institucional dos órgão que emitem autorizações para intervenções costeiras.

CONCLUSÃO

Com a publicação do Guia de Diretrizes a partir da Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, de 10 de dezembro de 2018, o país passou a contar com normativo orientador para ocupação de áreas costeiras consideradas de risco, bem como diretrizes de proteção desses locais em caso de vulnerabilidade frente a inundações, tempestades, etc.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Panorama da Erosão Costeira no Brasil**. Brasília: MMA, 2018. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80342/Panorama_erosao_costeira_Brasil.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021, 18:05.

CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar). **Guia de Diretrizes de Prevenção e Proteção à Erosão Costeira**. Brasília: CIRM, 2018. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Final_Guia-de-Diretrizes_09112018-compressed.pdf>. Acesso em 25 out. 2021, 18:00.